



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 054/2019 - DELIC, DE 08 DE ABRIL DE 2019

Designa Gestor e Fiscais para o Termo de Permissão de Uso n.º 006/2018 SEI n.º 1478413, que tem como objeto a utilização pela PERMISSIONÁRIA do espaço físico de propriedade da PERMITENTE, com área de 37,73 m<sup>2</sup>, localizado na Sala 05 do Centro de Convivência do Setor de Ciências Sociais Aplicadas-CC-SCSA, sito a Rua Lothário Meissner, nº 632, Jardim Botânico, Curitiba-PR, a ser utilizada para o desenvolvimento das atividades previstas no Estatuto da PERMISSIONÁRIA.

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução COPLAD nº 035/2017, bem como por aquelas que foram delegadas pela Portaria nº 287/2018-PRA (SEI nº 1442630), **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar o servidor Marco Antônio Ribas Cavalieri, SIAPE nº 1788541 para exercer a função de gestor da contratação supracitado, que deriva do processo nº 23075.151209/2017-19.

Art. 2º - Para exercer a função gestor da contratação, o servidor designado terá:

**I. PRERROGATIVAS** para:

- a) Coordenar as atividades de fiscalização da contratação, decidindo e tomando providências sempre que tais situações ultrapassarem a competência dos fiscais da **PERMISSÃO**;
- b) Autorizar prorrogações, acréscimos e supressões, assim como revisões, repactuações ou reajustes de preços da contratação, após manifestação técnica da Gerência de Contratos – PRA/DELIC/GECON;
- c) Determinar a abertura de Processos para a Apuração de Responsabilidade de Fornecedores – PARF, por condutas e/ou fatos que cheguem a seu conhecimento;
- d) Determinar providências aos fiscais da contratação, a fim de corrigir ou melhorar a prestação dos serviços;
- e) Solicitar auxílio à GECON para exercer suas funções no processo de tomada de decisão;
- f) Exigir dos fiscais da contratação a emissão de relatórios mensais de fiscalização, a fim de subsidiar sua avaliação a respeito do resultado da **PERMISSÃO**; e

g) Autorizar ou determinar pesquisas de satisfação relacionadas à prestação de serviços.

## II. DEVERES de:

- a) Acompanhar as atividades de fiscalização, a fim de garantir que os serviços estejam sendo executados em consonância com o disposto no instrumento contratual;
- b) Observar as normas contidas no instrumento contratual, na Lei de Licitações, os princípios da Administração Pública, e no que couber na Instrução Normativa nº 005/2017 – MPDG/SEGES, .
- c) Não emitir e nem permitir que sejam dadas ordens diretas a funcionários da **PERMISSIONÁRIA**; e
- d) Manifestar-se formal e expressamente acerca de suas funções sempre que solicitado.

Art. 3º - Ficam designados os servidores abaixo elencados para exercer as funções de fiscalização da contratação em questão:

I. Fiscal: Cesar Luiz Hernandez Martarello , Matrícula 2228558.

Art. 4º - Além de observar às normas constantes no processo nº 23075.151209/2017-19 e no instrumento contratual supracitado, os fiscais neste ato designados estão cientes de que deverão observar, no que couber, ao contido na IN 005/2017 – MPDG/SEGES. E, sendo assim, possuem os seguintes **DEVERES**:

- I. Autuar, desde logo, processo de acompanhamento da fiscalização, a fim de registrar fatos relevantes verificados durante a execução dos serviços;
- II. Conferir as atividades envolvidas na prestação de serviços, de modo a assegurar e atestar que estão sendo cumpridas em quantidade, qualidade, modo e tempo exigidos pelos instrumentos dispostos neste artigo;
- III. Autuar processo administrativo, visando comunicar ao Departamento de Licitações e Contratações - PRA/DELIC, quaisquer irregularidades que verificarem na prestação de serviços, a fim de que seja apurada a responsabilidade da empresa **PERMISSIONÁRIA**;
- IV. Não permitir que sejam realizadas atividades além, ou diversas, daquelas para as quais foram contratados, evitando o desvio de finalidade da **PERMISSÃO**;
- V. Não emitir e nem permitir que sejam dadas ordens diretas a funcionários da **PERMISSIONÁRIA**;
- VI. Elaborar até o dia 30 (trinta) de cada mês o Relatório de Fiscalização, onde reduzirá a termo todas as ocorrências relevantes da execução contratual no período, de modo a subsidiar a avaliação periódica da contratação, para a decisão gerencial sobre sua prorrogação. Tal relatório deverá ao Gestor da contratação, por meio processo de acompanhamento de fiscalização, até o dia 05 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Art. 5º - Na atuação da fiscalização, os fiscais neste ato designados possuem, dentre outras, as seguintes **PRERROGATIVAS**:

- I. Enviar questionamentos à empresa **PERMISSIONÁRIA**, por meio de seus representantes;
- II. Recusar o recebimento de serviços prestados em desconformidade com o contido nos instrumentos que dão base para a **PERMISSÃO**, em especial o instrumento contratual;
- III. Comunicar formalmente à **PERMISSIONÁRIA** sobre irregularidades encontradas na prestação de serviços, orientando-a a corrigir, sempre que possível;

- IV. Após autorização do gestor da contratação, lançar mão de questionários, entrevistas e/ou pesquisas de satisfação junto à comunidade atendida pela **PERMISSÃO**, a fim de aferir a qualidade dos serviços prestados;
- V. Solicitar à Gerência de Contratos, alterações contratuais que entenda pertinentes à melhoria da prestação de serviços, cuja autorização será decidida pelo gestor da contratação, após as informações técnicas prestadas pela Gerência de Contratos – PRA/DELIC/GECON; e
- VI. Consultar a GECON, a fim de dirimir dúvidas relativas ao contrato em questão.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no site do Departamento de Licitações e Contratações - PRA/DELIC - [hp://www.pra.ufpr.br/portal/licitacoes/normas-e-publicacoes/](http://www.pra.ufpr.br/portal/licitacoes/normas-e-publicacoes/).

Compõem anexos desta Portaria:

- I. Processo nº 23075.151209/2017-19;
- II. Termo de Permissão de Uso n.º 006/2018 SEI n.º 1478413; e
- III. Instrução Normativa n.º 005/2017 - MPDG/SEGES ([Link](#)).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO AMILTON VENANCIO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITACOES E CONTRATACOES**, em 09/04/2019, às 09:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **1708154** e o código CRC **DC050B44**.